

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: POTENCIALIZANDO A PRÁTICA DOCENTE

Amanda Tizott Bonfim ¹
Felipe Augusto Fernandes Borges ²

RESUMO

O presente artigo tem como tema a contribuição do Programa Residência Pedagógica (PRP) para a prática docente, analisando os benefícios em aproximar teoria e prática na formação de professores. O objetivo principal é analisar e reforçar a contribuição do PRP para o aprimoramento da prática, enfatizando sua relevância ao promover uma aproximação significativa entre teoria e prática em sua formação, com uma abordagem que explora detalhes sobre o PRP e sua legislação, este estudo busca descrever de maneira simplificada os conceitos teóricos relacionados ao ensino-aprendizagem, bem como evidenciar a importância dos princípios trazidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto do ensino nos Anos Iniciais. A motivação para esta pesquisa reside na necessidade de estabelecer uma vinculação estreita entre futuros professores e o meio educacional, incentivando o engajamento em pesquisas e leituras, bem como entender como esse projeto pode contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas, buscando, assim, elevar a qualidade do ensino em nosso país. As metodologias empregadas incluem pesquisa bibliográfica, com consulta a repositórios como o Google Acadêmico e leitura de livros, além de pesquisa de campo com observações participativas em uma escola do município de Pitanga, onde o PRP é realizado. Dessa forma, conclui-se que o PRP fortalece a formação dos futuros professores, fornecendo vivências práticas e pensamento que instruíram para uma prática docente mais efetiva.

Palavras-chave: Programa Residência Pedagógica; Ensino Fundamental; Educação.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisas envolvendo teoria e prática possibilitadas pela experiência em participar do Programa Residência Pedagógica (PRP).

A formação de professores é uma etapa crucial para a qualidade da educação em qualquer país. Nesse contexto, o Programa Residência Pedagógica (PRP) surge como uma importante iniciativa que visa potencializar a prática docente, proporcionando uma vivência prática que possibilita a interligação com as teorias já vistas pelo residente, neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar e destacar esse programa, enfatizando como ele pode contribuir para a formação de professores mais capacitados e engajados em transformar positivamente o processo de ensino-aprendizagem.

O PRP, criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), busca promover a integração entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as escolas de educação básica. Com foco na formação inicial de professores, o programa oferece

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná – Campus Pitanga, amandatizott4@gmail.com;

² Professor orientador: Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do curso de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná, Campus Pitanga, felipe.borges@ifpr.edu.br.

aos estudantes de licenciatura a oportunidade de vivenciar a rotina escolar por meio de observações participativas e regências, sob a supervisão de professores experientes e de professores formadores das IES.

No desenvolvimento deste trabalho, serão desenvolvidas informações diferenciadas sobre o PRP e sua legislação, evidenciando os aspectos que norteiam sua estrutura e funcionamento. Além disso, exploramos conceitos teóricos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, buscando compreender como o PRP pode fortalecer a formação dos futuros professores, tornando-os protagonistas do próprio conhecimento e capazes de promover uma educação mais significativa e inclusiva.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desempenha um papel fundamental no cenário educacional, fornecendo diretrizes para o ensino e aprendizagem em todas as etapas da educação básica. Destacaremos a importância dos princípios trazidos pela BNCC, especialmente no contexto do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Para alcançar esses objetivos, utilizamos metodologias de pesquisa bibliográfica, com consulta a repositórios acadêmicos, e leitura de livros especializados, além da pesquisa de campo possibilitada pelas observações participativas em uma escola do município de Pitanga, onde o PRP é desenvolvido, buscando obter dados concretos que enriqueçam nossa análise e reflexões ao longo deste estudo.

METODOLOGIA

A elaboração deste estudo fundamentou-se na utilização de metodologias que abrangem dois pilares relevantes no contexto educacional: teoria e prática, os quais são viabilizados pelo Projeto Residência Pedagógica (PRP).

Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental em fontes especializadas, que abarcam desde livros acadêmicos até artigos disponíveis no Google Acadêmico. Adicionalmente, utilizou-se do Edital e da Portaria que tratam das particularidades do projeto em foco. Com o intuito de enriquecer a escrita referente ao processo de ensino e aprendizagem, legislação e conceitos sobre o ensino fundamental, volta-se a atenção para as regulamentações que orientam esse programa, bem como os princípios delineados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referentes ao ensino.

Além da abordagem metodológica citada acima, este estudo também fundamenta-se por meio da pesquisa de campo, que desempenhou um papel essencial ao promover a conexão entre o que foi estudado na instituição de ensino e a realidade escolar vivenciada durante o projeto, por meio de uma observação participativa em uma escola municipal da cidade de Pitanga-PR.

Neste momento prático do projeto, é possível aprofundar as informações obtidas por meio do estudo teórico deste trabalho, no qual conectam-se os conceitos e métodos lidos e escritos, ao mesmo tempo em que podemos observar a diversidade de alunos presentes em uma sala de aula, e cada particularidade no processo de aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Programa Residência Pedagógica é destinado a formação de professores da educação básica, tendo por objetivo principal enriquecer a prática docente de alunos em formação, proporcionando a estes um contato mais próximo com o ambiente escolar, assim como destaca o Art. 4º “São objetivos específicos do PRP: I - fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura” (PORTARIA GAB Nº 82, 2022, p. 3)

O programa possui uma duração de 18 meses e compreende apenas o período em que o aluno estiver devidamente matriculado em um curso de licenciatura, além de contar com uma bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Durante todo o percurso do programa o contato entre a Instituição de Ensino Superior e a escola receptora do programa é constante, pois os alunos são orientados por um professor preceptor na escola, e estes acompanham o desenvolvimento dos projetos pedagógicos realizados em sala de aula. Essas ações são positivas para o desenvolvimento de saberes e práticas pedagógicas, com o propósito de preparar os futuros professores para a realidade da sala de aula, melhorar a qualidade do estágio de supervisão curricular nos cursos de licenciatura e fortalecer a formação por meio da prática e pesquisa.

Sobre as etapas definidas pelos documentos próprios do programa, no que diz respeito ao ingresso, os alunos seguem um processo de seleção que compreende as seguintes etapas: Inscrição online no site da instituição responsável pelo projeto, onde são fornecidas informações pessoais, acadêmicas e profissionais, bem como o anexo do currículo e uma carta pessoal de apresentação. Após essa etapa, os inscritos são avaliados pela equipe pedagógica do projeto, podendo avançar para a próxima fase. A etapa seguinte envolve uma entrevista, que pode ser realizada de forma online ou presencial, visando aprofundar a avaliação do candidato. Se aprovados nesta última etapa de entrevista, os candidatos são então aceitos no projeto.

Além dos critérios mencionados acima, os alunos devem estar cientes e concordar com as responsabilidades e requisitos de participação, também descritas no Edital e Portaria CAPES. Isso inclui estar regularmente matriculado em um curso de licenciatura vinculado ao projeto, como citado anteriormente, ter concluído pelo menos 50% do curso, manter o bom desempenho acadêmico, ter disponibilidade de tempo para se dedicar às atividades do Projeto Residência

Pedagógica, elaborar planos de aula, cumprir a carga horária de residência descrita pela CAPES, documentar as atividades da residência pedagógica em relatórios ou relatos de experiência e participar das atividades de acompanhamento e avaliação do projeto.

Esta carga horária compreende as observações participativas e a parte prática do programa, em que o aluno elabora um plano de aula seguindo o conteúdo indicado pela professora da turma ou pré estabelecido pelo professor coordenador na IES, e o aplica em sala de aula em uma data estabelecida.

Sendo assim, todo esse percurso de fundamentação e prática ocorre em uma escola da rede Municipal, em uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, que de acordo com BNCC, destaca-se como o momento em que os alunos aprofundam seu contato com a língua oral e escrita, iniciadas anteriormente na Educação Infantil, e que, durante esse processo é necessário que alguns traços dessa educação permanecem pela significativa mudança enfrentada por eles.

As diversas práticas letradas em que o aluno já se inseriu na sua vida social mais ampla, assim como na Educação Infantil, tais como cantar cantigas e recitar parlendas e quadrinhas, ouvir e recontar contos, seguir regras de jogos e receitas, jogar games, relatar experiências e experimentos, serão progressivamente intensificadas e complexificadas, na direção de gêneros secundários com textos mais complexos. (BRASIL, 2018, p.89)

Cada aprendizado trazido por esse aluno possui um valor significativo para o seu desenvolvimento educacional, assim como a alfabetização em si, que se inicia durante a introdução aos anos iniciais e abrange, de acordo com a BNCC, os dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Nesse momento o aluno passa por objetivos de aprendizagem que compreendem a diferenciação entre grafismo e letras, o conhecimento acerca de cada grafema e seu respectivo fonema, a decodificação e decodificação de palavras, reconhecer que os sons da fala são representados na escrita, entre outros.

Durante o processo de alfabetização, diversos métodos são empregados em sala de aula devido à singularidade de cada aluno em aprender, como destacado no tópico destinado à descrição da observação participativa do programa.

Os métodos de ensino se entrelaçam com conceitos abordados no processo de ensino e aprendizagem no contexto educacional. Esse processo, como descrito por Freire (1996), enfatiza a importância da articulação entre professor e aluno, estabelecendo uma relação fundamentada no diálogo, em vez de uma relação multifacetada entre eles.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Programa de Residência Pedagógica, e suas Implicações no Ensino-Aprendizagem sob a Perspectiva da BNCC

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que desempenha um papel fundamental na formação de pessoas oferecendo bolsas de estudo para a pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), além dessas formações a CAPES oferece subsídio para a formação de professores da educação básica, tendo como objetivo principal a promoção da qualidade na formação profissional, visando o alto nível nas áreas de ensino da pesquisa, extensão e inovação no país.

Além das formações, são muitos os programas e projetos de desenvolvimento e inovação que a CAPES realiza, objetivando favorecer e fortalecer a formação de professores e visando melhorias no âmbito educacional no Brasil. Nesse contexto, destaco o Projeto Residência Pedagógica oferecido por ela, sendo este

Art. 2º O PRP é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que tem por finalidade fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura. (BRASIL, 2022, p.1)

Em suma, este projeto trata-se de uma iniciativa que visa aperfeiçoar a formação inicial de professores proporcionando uma vivência prática nas escolas de educação básica, com uma duração de 18 meses, o que requer a conciliação com o tempo de curso. Caso o licenciado já esteja concluindo seu curso, não será possível participar do projeto. A ação prática do projeto pretende proporcionar aos seus egressos uma formação acadêmica mais próxima do exercício profissional, com a possibilidade de relacionar as teorias estudadas em sala de aula com a prática no âmbito escolar.

Essa relação proporciona observar o que a realidade das escolas exige do papel de um professor, sobre a efetividade dos muitos métodos de ensino estudados em sala de aula e assim investigar sua veracidade nas práticas pedagógicas, entre outras relações e reflexões que podemos realçar por meio dessa vivência.

Nesse sentido, o projeto promove a oportunidade de vivenciar a rotina do ambiente escolar, participar das atividades pedagógicas e desenvolver projetos de intervenção sob a supervisão de um professor da escola e de um professor da universidade.

O projeto tem por objetivo

- I - fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
- II - contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos;

- III - estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores;
- IV - valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional; e
- V - induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula. (BRASIL, 2022, p. 2)

Ao incentivar a formação de professores por meio da Residência Pedagógica, a CAPES busca contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil, possibilitando que o participante do projeto ao se deparar com as ações pedagógicas exigidas no ambiente escolar possa pesquisar e se aprofundar em estudos, a fim de melhorar seu repertório cultural, acadêmico e social. A vivência prática proporcionada pelo projeto auxilia os licenciados a desenvolver habilidades pedagógicas, a compreender a realidade das escolas e a refletir sobre sua prática docente, preparando-os de forma mais eficaz para os desafios da sala de aula.

A inserção do aluno ao PRP acontece por meio de um processo de seleção que compreende duas instâncias: o formulário de inscrição e a entrevista. Na primeira etapa, o aluno se inscreve de forma online no site da IES responsável pelo projeto, fornecendo informações pessoais, acadêmicas e profissionais, anexando o currículo, informando dados bancários e redigindo uma carta de motivação à sua maneira explicando seu interesse em participar do projeto. A equipe do projeto pedagógico avalia as inscrições e, se o candidato for selecionado, ele passa para a segunda etapa, que consiste em uma entrevista considerada parte classificatória de seleção, que pode ser realizada tanto online como presencial, e uma vez aprovado nesta etapa, o aluno é aceito no projeto.

No que diz respeito às atividades do PRP, o aluno realiza uma visita semanal em uma sala designada em reunião com o coordenador do projeto na escola. Durante essa visita, ele auxilia o professor ou professora da turma nas atividades e dinâmicas propostas. Dessa forma, além de observar a turma e a prática da professora, o aluno pode participar ativamente na sala de aula. Além da observação participativa, o licenciado desenvolve atividades de residência pedagógica com a finalidade de aplicar na prática, esse processo de criação é mediado pelo docente orientador e o conteúdo para planejamento é da escolha da professora da turma

Em nosso subprojeto PRP – Pedagogia do IFPR – Pitanga, todas as observações são registradas em um "diário de bordo" pessoal, no qual são descritas as atividades desenvolvidas no decorrer da aula e a participação ativa do licenciado neste processo, bem como os apontamentos e reflexões gerais do estudante.

Além das visitas à escola, há encontros com o coordenador da universidade para trocas de experiências e ideias em um formato de roda de conversa. Essas conversas são breves e têm o objetivo de acompanhar o andamento do projeto na escola. Também são realizadas formações em alguns sábados, abordando assuntos e temas relevantes para os licenciados. Durante essas formações, os alunos se reúnem com um palestrante para discutir um tópico específico, buscando aprimorar os conhecimentos necessários para a prática dos futuros professores nas escolas.

Para fazer parte deste projeto os estudantes interessados passam por uma seleção, que possui seus requisitos necessários. Segundo a Portaria CAPES nº 82/2022, Arts. 30 e 31, o aluno precisa estar matriculado um curso de licenciatura em uma Instituição de Ensino Superior (IES) na área específica que faz parte do subprojeto com no mínimo de 50% do curso concluído ou estar frequentando o 5º período do curso de licenciatura; Possuir um bom desempenho acadêmico certificado pelo histórico escolar; Possuir tempo para se dedicar ativamente em atividades que o PRP exige, concluindo com a carga horária mensal de vinte e três horas; O aluno pode conciliar o PRP com seu vínculo empregatício desde que este não interfira no cumprimento da carga horária total do projeto.

Conforme o Artigo 43 da Portaria CAPES nº 82/2022, são responsabilidades do Residente

- I - desenvolver as atividades de residência pedagógica, planejadas juntamente com o docente orientador e o preceptor;
 - II - elaborar os planos de aula sob orientação do docente orientador e do preceptor;
 - III - cumprir a carga horária de residência estabelecida pela CAPES;
 - IV - registrar as atividades de residência pedagógica em relatórios ou em relato de experiência, conforme definido pela CAPES, e entregá-los no prazo estabelecido;
 - V - participar das atividades de acompanhamento e de avaliação do projeto colaborando com o aperfeiçoamento do programa;
 - VI - comunicar qualquer intercorrência no andamento da residência ao preceptor, ao docente orientador, ao coordenador institucional e/ou à PROENS.
- 5.6 O residente deverá cumprir a carga horária de residência pedagógica, observando o prazo de conclusão do seu curso, não sendo permitida a execução de atividades após a colação de grau.

Dentre todos os pontos positivos que permeiam a CAPES e o PRP, vale destacar as bolsas de estudo concedida aos estudantes ingressados a esse projeto, com o objetivo de auxiliá-los durante o período de vivência nas escolas. São um fator essencial para a não limitação no momento de dedicar-se a criar propostas pedagógicas inovadoras, pois a bolsa auxilia em gastos materiais utilizados na mesma. Essas bolsas são essenciais para garantir que os alunos possam dedicar-se integralmente às atividades do projeto, sem comprometer parte de sua sustentabilidade financeira.

Além das questões legislativas que comandam o PRP, é fundamental destacarmos o alinhamento do programa com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo em vista que os residentes são direcionados para turmas dos anos iniciais do ensino fundamental e a BNCC traz definições relevantes para estes.

A BNCC é um documento importante que define durante a educação básica os principais assuntos que os estudantes devem aprender durante toda a sua jornada escolar, estabelece os conteúdos, competências e as habilidades essenciais a fim de se efetivar uma educação que valorize a formação integral do aluno, considerando suas dimensões cognitivas, emocionais e sociais. A BNCC garante que todos os alunos tenham direito de aprender e desenvolver-se em todos os âmbitos, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE).

O Ensino Fundamental em específico, como parte essencial da educação básica, compreende 9 anos de estudos, com alunos entre 6 e 14 anos de idade. Esse momento é marcado por mudanças e avanços na vida educacional da criança, à medida que ela transita da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, presenciando mudanças na dinâmica da sala de aula, novos professores e um ambiente escolar diferente. Considerando essa perspectiva, a BNCC enfatiza a valorização de uma aprendizagem lúdica, incorporando à sala de aula práticas e rotinas que promovem o desenvolvimento integral dessa criança, essa forma de aprendizagem aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas por esses alunos na Educação Infantil.

Além disso, o documento descreve a importância das práticas humanas em contextos sociais que ocorrem por meio das diversas linguagens (podendo as definir como verbal, não-verbal, visual, gestual, entre outras), o componente de língua portuguesa está incluso na área de linguagem, pois é o instrumento de contato que interliga o aluno com essas linguagens, sendo essenciais para a comunicação e a interação entre os alunos, permitindo que se expressem, compreendam e se conectem entre si e com o mundo ao seu redor.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o componente de Língua Portuguesa deve promover o desenvolvimento da leitura e da escrita, é nesse contexto que a alfabetização como um foco da ação pedagógica se inicia, na qual o aluno será exposto a mecânica de leitura/escrita, inicialmente se utilizando as letras do alfabeto e a relação de fonemas e grafemas. Além disso, é necessário criar ambientes de interação da criança com o meio ambiente, meio social e cultural, ampliando as suas experiências e habilidades a fim de que consiga participar ativamente em diversas situações do seu meio social.

Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social. (BRASIL, 2018, p.63)

Sendo este o objetivo principal do componente de Língua Portuguesa, capacitar o aluno para que seja protagonista do seu conhecimento, por meio das vivências fornecidas pelo ambiente escolar e educadores, o aluno deve se apropriar das diversas linguagens para aplicá-las em seu cotidiano. Dessa forma, ele se torna capaz de argumentar, expressar suas ideias e contribuir de maneira significativa para a sociedade em que está inserido. Ao desenvolver essas habilidades, o aluno se torna um cidadão consciente de seus direitos e deveres, questionando o que não está em conformidade com o correto.

Ademais, a BNCC define eixos temáticos que compõem o componente de Língua Portuguesa, que objetiva orientar o ensino desta disciplina nas escolas. Por meio desses eixos, busca-se promover uma formação completa e abrangente neste ensino, preparando os alunos para se tornarem leitores e produtores de texto, desenvolverem uma comunicação oral eficaz e compreenderem os controles linguísticos que compõem a Língua Portuguesa.

No primeiro eixo, destaca-se a leitura, que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades de leitura e compreensão de diferentes tipos de textos, sejam eles literários, informativos, acadêmicos, entre outros. O foco é capacitar os alunos para interpretar, analisar e refletir sobre o conteúdo dos textos, bem como reconhecer seus elementos emocionais e linguísticos. O segundo eixo refere-se a produção de textos, que enfatiza o incentivo de expressar ideias e opiniões de forma clara, coesa e coerente. São trabalhados diversos gêneros textuais, estimulando a escrita criativa e reflexiva, além da capacidade de adequar a linguagem conforme o contexto e o propósito comunicativo. O terceiro eixo compreende a oralidade, que tem como foco o aprimoramento da comunicação oral dos estudantes, desenvolvendo suas habilidades de expressão, argumentação e escuta ativa. E por fim, o eixo da análise linguística/semiótica, tendo como foco o estudo dos aspectos gramaticais e semânticos da língua portuguesa, como destaca a BNCC

Assim, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo Análise Linguística/Semiótica, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais. (BRASIL, 2018, p.89)

Os pontos enfatizados pela BNCC são essenciais para direcionar o ensino de uma disciplina específica, no entanto, não detalham a melhor abordagem ou prática pedagógica a ser adotada para alcançar o objetivo de promover o desenvolvimento integral do aluno.

Ao longo da história, diversas teorias foram aprofundadas para compreender o processo de desenvolvimento dos alunos e os procedimentos envolvidos no ensino e aprendizagem. Uma delas aceitou a independência dos processos de desenvolvimento em relação aos processos de ensino-aprendizagem.

A primeira pressupõe independência dos processos de desenvolvimento em face dos processos de ensino-aprendizagem. Considerando o desenvolvimento uma sucessão universal e natural de etapas mentais, a aprendizagem encontra-se condicionada pela maturação das funções próprias a cada uma delas. Por decorrência, o curso do desenvolvimento é pré-requisito para as aprendizagens, subordinadas a ele, fundamentalmente, pela via da maturação dos mecanismos acionados pelo organismo nas diversas situações sociais, dentre elas, as de aprendizagem. (ABRANTES, MARTINS, 2023)

Nessa abordagem, acredita-se que o desenvolvimento do aluno é uma forma de progressão natural do desenvolvimento, que ocorre independentemente das práticas educacionais, a aprendizagem por sua vez, é influenciada pela prontidão do indivíduo em adquirir novos conhecimentos e habilidade,

Essa visão de ensino retoma ao conceito tradicional no qual o aluno é visto como um sujeito passivo, um receptor do conhecimento detido apenas pelo professor, seu papel nessa educação é apenas ouvir, memorizar e reproduzir o conhecimento que está recebendo.

Em contrapartida, Freire (2011) enfatiza a importância de um diálogo entre professor e aluno, que representa uma libertação por parte dos sujeitos. “Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2011, p. 93).

Ele defende uma educação dialógica, na qual o conhecimento não é transmitido de forma unilateral pelo professor, mas é construído em conjunto com os alunos. Nessa perspectiva, o aluno é considerado um sujeito ativo e protagonista de seu próprio processo de aprendizagem. A educação é vista como uma prática transformadora, na qual os alunos são estimulados a refletir criticamente sobre o mundo e sua realidade, buscando transformá-la através da ação consciente.

Essa linha de pensamento se interliga com as mudanças advindas com reflexões dos resultados sociais e culturais do ensino e aprendizagem na década de 1980, na qual questionava-se a eficácia dos métodos em alfabetizar, assim como destaca Mortatti

Nesse 4º momento — ainda em curso —, funda-se uma outra nova tradição: a desmetodização da alfabetização, decorrente da ênfase em quem aprende e o como aprende a língua escrita (lecto-escritura), tendo-se gerado, no nível de muitas das apropriações, um certo silenciamento a respeito das questões de ordem didática e, no limite, tendo-se criado um certo ilusório consenso de que a aprendizagem independe do ensino. (MORTATTI, 2006, p. 11)

Nesse ponto, houve uma mudança de enfoque no ensino. Não mais se trata de como os professores devem ensinar a ler e escrever, mas sim de como o aluno aprende essas habilidades. Considerando-o como um sujeito ativo no seu processo de aquisição do conhecimento, e não mais um sujeito que transita nesse meio enquanto recebe as informações de seus professores. Esse modelo de ensino, destaca a importancia assim como Freire (2011) da relação conjunta de professor e aluno.

Segundo Vygotski (1991), o aprendizado está interligado aos níveis de desenvolvimento, sendo eles definidos como nível de desenvolvimento real e nível de desenvolvimento proximal, devendo um acompanhar ao outro para que o indivíduo aproprie-se das habilidades de leitura e escrita.

O primeiro nível é definido como “[...] nível de desenvolvimento real, isto é, o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados.” (VYGOTSKI, 1994, p.111). O segundo, nível de desenvolvimento proximal, destaca o que a criança é capaz de fazer com o apoio e a orientação de um adulto “[...]determinada através de problemas que a criança não pode resolver independentemente[...]” (VYGOTSKI, 1994, p.113). Sendo uma fase intermediária entre o que a criança já é capaz de fazer de forma independente (nível de desenvolvimento real) e o que ela ainda não é capaz de fazer, mesmo com ajuda.

Sendo assim, as diferentes correntes de pensamento relacionadas ao processo de desenvolvimento do aluno o consideram como um participante ativo dessas aquisições. As habilidades não são vistas como algo externo, mas sim como uma construção do aluno por meio da formação de caminhos que o conduzem a esse resultado.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: REFLEXÕES E VIVÊNCIAS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PRP

Durante os últimos meses tive o privilégio de vivenciar uma experiência enriquecedora como parte do projeto educacional PRP, acompanhando uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais em uma escola da cidade em que resido. A turma em questão possuía vinte e dois alunos, dos quais oito enfrentavam dificuldades de aprendizagem. Inicialmente, a professora regente esteve à frente da turma, por um tempo, porém, em virtude de questões pessoais precisou se ausentar consecutivamente por alguns dias. Essa situação gerou uma desordem didática em que os alunos não tinham uma sequência linear de estudos e se depararam com diferentes abordagens de ensino durante esse período, pois passaram por essa turma professores com abordagens e metodologias singulares.

Essa falta de continuidade e a ausência de uma rotina de estudo significativa resultaram em agitação e tédio entre os alunos ao longo das horas-aulas, era perceptível a desordem em que se encontravam, a desmotivação se externalizava no mal cuidado de materiais, desorganização de suas mesas, conversas paralelas e desinteresse pelos conteúdos propostos. Essa situação realça como a falta de uma estrutura pedagógica coesa impacta a acomodação no processo educacional dos estudantes.

A metodologia utilizada por todos os professores que passaram por esta turma não eram ativas, consistiam em apenas preencher todas as páginas da apostila, não a utilizando como complemento de sua aula, mas sim como a centralidade e foco principal. Mendonça descreve que

Nenhum material didático é completo, pronto e acabado. Todos são passíveis de serem melhorados e adaptados pelo professor, em função de suas necessidades em sala de aula. Assim, acredita-se que o professor que possuir boa fundamentação teórica e científica, aliadas à prática, terá condições de superar as imperfeições de métodos, poderá optar por um caminho e oferecer condições para que seu aluno tenha uma alfabetização consciente, que aprenda pensando e não apenas memorizando sinais gráficos (MENDONÇA, 2011).

Desde o início foi possível identificar algumas situações que desejavam atenção. Dentre eles, uma das alunas demonstrou um comportamento inquieto, levantando a suspeita de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) por parte da professora. Essa situação exige uma análise mais aprofundada e um acompanhamento pedagógico específico para que se proporcione a ela um ambiente de aprendizagem mais adequado às suas necessidades, porém a aluna não possuía esse acompanhamento que necessitava.

Além disso, outro aluno chamou a atenção, seu desempenho estava consideravelmente atrasado em relação ao esperado para sua faixa etária, pois, não identificava as vogais e demais letras do alfabeto. Além disso, apresentava dificuldades na fala, com pronúncias incorretas. Essa situação sugere a necessidade de um acompanhamento fonológico para intervir nessa dificuldade, a fim de promover um desenvolvimento adequado.

Essas observações reforçam a importância de uma abordagem educacional inclusiva e de um acompanhamento individualizado, que considere as particularidades de cada aluno e proporcione o ambiente mais propício para seu aprendizado. Porém, a prática observada se distancia dessa percepção, a professora trazia a estes atividades diferenciadas, mas sem nenhuma supervisão e auxílio, dessa maneira, os alunos passavam muito tempo na mesma atividade por não compreender a atividade proposta.

No momento, a turma conta com uma nova professora regente definitiva, que trabalha utilizando a complementação de métodos, sendo o mais presente o fônico, e atendendo

cada aluno de maneira individualizada. Muitos dos dez alunos estão se desenvolvendo plenamente, e os casos mais graves também se encontram em constante progresso de acordo com o seu tempo. Podemos analisar a questão em acordo com Mortatti, que aponta:

[...] métodos de marcha sintética (da "parte" para o "todo"): da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas. Dever-se-ia, assim, iniciar o ensino da leitura com a apresentação das letras e seus nomes (método da soletração/alfabético), ou de seus sons (método fônico), ou das famílias silábicas (método da silabação), sempre de acordo com certa ordem crescente de dificuldade. Posteriormente, reunidas as letras ou os sons em sílabas, ou conhecidas as famílias silábicas, ensinava-se a ler palavras formadas com essas letras e/ou sons e/ou sílabas e, por fim, ensinavam-se frases isoladas ou agrupadas. Quanto à escrita, esta se restringia à caligrafia e ortografia, e seu ensino, à cópia, ditados e formação de frases, enfatizando-se o desenho correto das letras. (MORTATTI, 2006, p. 5)

A abordagem trazida pela professora, consiste em organizar a sala de maneira que os alunos com mais dificuldades se sentem à frente da sala, para que dessa forma ela possa dar suporte a eles sempre que necessário.

RELATOS DE REGÊNCIA

Além das observações participativas, o PRP proporciona ao residente a oportunidade de assumir uma posição ativa em sala de aula. As datas para as regências são previamente definidas pelo professor coordenador da IES, e informado com antecedência a nós residentes, para que possamos nos organizar adequadamente para a elaboração do plano de aula e criação das atividades.

O processo de escrita do plano envolveu muita pesquisa e leitura, em diversos recursos de mídia, eu particularmente, prefiro ler sobre as metodologias que podem ser utilizadas com o conteúdo em questão e assistir um vídeo explicativo a fim de melhorar a oralidade da explicação e atender as dificuldades de todos os alunos, pois como destaca Paulo Freire “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém” (FREIRE, 1996, p. 23).

Durante a escrita do plano utilizo dessas vertentes de estudos já citados acima, e para as atividades utilizo do aplicativo denominado como “Canva” para criações mais únicas que preencham os objetivos propostos no plano, este aplicativo é um ótimo recurso de auxílio ao professor, pois possibilita criar a atividade a sua maneira utilizando elementos visuais para complementar o conteúdo, nas atividades que proponho a turma, geralmente uma delas envolve algum jogo que se relaciona ao conteúdo proposto, para descontrair e ensinar os alunos ao mesmo tempo.

Sobre o auxílio de minha colega nas regências, destaco como fundamental essa dinâmica de suporte, pois dessa forma conseguimos atender mais adequadamente os alunos com mais dificuldade, dando suporte individualizado aos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo podemos ressaltar que o PRP possui uma ampla relevância no quesito de proporcionar experiências educacionais significativas aos futuros professores, que vivenciam vivenciar de uma maneira mais próxima a realidade da sala de aula, ampliando seu repertório de práticas e pesquisas pedagógicas, e possibilitando um olhar reflexivo perante as teorias com as práticas em sala de aula, isso resulta em um melhor preparo para o exercício desta função como educador.

Conforme discutido ao decorrer do artigo, o PRP é regido por suas legislações contidas no Edital CAPES nº24/2022 e na Portaria CAPES nº 82/2022, que estabelecem critérios e diretrizes para a participação dos residentes nesse projeto educacional, bem como os deveres por parte do residente incluso a ele.

Essas legislações desempenham um papel crucial ao delinear os requisitos, responsabilidades e direitos dos residentes, bem como as atribuições das Instituições de Ensino Superior (IES) e coordenadores envolvidos no PRP. Elas garantem a efetivação e desenvolvimento do programa, assegurando que as atividades sejam iniciadas e motivadas de acordo com as atribuições.

Estudou-se também a BNCC e seus conceitos sobre a educação básica e ensino fundamental anos iniciais, descrevendo informações básicas, o objetivo exigido por esse momento de aprendizagem, e as várias linguagens definidas pela BNCC.

Além disso, foram descritos de maneira breve alguns conceitos sobre o processo de ensino aprendizagem em seus princípios.

Durante o relato de experiência, primeiramente descreveu-se uma parte vivenciada no projeto e as consequências da prática e ações pedagógicas utilizadas na análise das aulas acompanhadas, posteriormente descrito de maneira breve a nova abordagem educacional utilizada que demonstra resultados significativos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao município de Pitanga/PR pela parceria na recepção dos residentes e especialmente à CAPES pelo financiamento de bolsas recebidas no Programa Residência Pedagógica.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Angelo Antonio; MARTINS, Lígia Márcia. **Relações entre conteúdos de ensino e processos de pensamento.** Disponíveis em: https://amablymonari.com.br/wp-content/uploads/2017/12/processos_pensamento.pdf Acesso em: 16 de set. de 2023.

BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).** PORTARIA GAB No 82, DE 26 DE ABRIL DE 2022. Acesso em: 17 jul. de 2023. Disponíveis em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-educacao-basica/28042022_Portaria_1691648_SEI_CAPES_1689649_Portaria_GAB_82.pdf Acesso em: 16 de set. de 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponíveis em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 01 de out. de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática educativa.** 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura). Disponíveis em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf> Acesso em: 01 de out. de 2023.

MENDONÇA, Onaide Schwartz. **Percorso histórico dos métodos de alfabetização. Caderno de formação: formação de professores didática dos conteúdos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 2, p. 23-35, 2011. Disponíveis em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40137/1/01d16t02.pdf>. Acesso em: 16 de set. de 2023.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos Métodos de Alfabetização no Brasil.** In: Seminário "Alfabetização e letramento em debate", 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.